

Dívida: acordo com os bancos na reta final.

Os contratos para o reescalonamento recebem hoje, em Nova York, seu texto final.



Encaminha-se para um acordo a questão do reescalonamento da dívida externa brasileira vencida em 1985 e da que está vencendo este ano. No comitê de assessoramento dos bancos, em Nova York, todos os contratos estarão recebendo hoje seu texto final, para posterior assinatura dos banqueiros.

Desde ontem, o diretor para Assuntos de Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas (foto), está nos Estados Unidos para os acertos finais.

Já o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem, no Recife, que o Brasil pagará pouco mais de 700 milhões de dólares de juros da dívida até o ano que vem. "Vamos pagar exatamente o que podemos pagar e atualmente estamos em posição de iniciar esse pagamento através do Clube de Paris" — afirmou Funaro, acrescentando que dentro de um ano, aproximadamente, "estaremos tendo não só o escalonamento da dívida com spreads baixos, assim como tentaremos verificar outra vez a possibilidade de manter os fluxos de capitais para nosso país".

A expectativa do Banco Central é de que até 15 de agosto todos os cerca de 700 bancos credores do

País já tenham aderido à proposta de reescalonamento, pois até ontem apenas 500 deles haviam dado o sinal verde.

Entre os bancos renitentes estão os credores dos exconglomerados Comind, Auxiliar e Maisonnave, em liquidação extrajudicial desde 19 de novembro de 1985.

A partir do momento em que toda a comunidade financeira internacional formalizar a sua aceitação ao refinanciamento da dívida externa do Brasil, o Banco Central terá condições de permitir o empréstimo de parte dos US\$ 6,8 bilhões do principal dos débitos que venceram no ano passado, cujos recursos foram depositados no BC

em conta bloqueada, a favor dos bancos. Assim que for concluído o acordo, empresas nacionais poderão tomar esses recursos emprestados. Pádua Seixas disse que, se o processo de adesão estiver bem avançado até lá, esses reempréstimos poderão ser adiantados.

"As grandes dívidas nacionais não podem ser tratadas unicamente como um problema econômico, pois esse enfoque poderia causar o rompimento da estrutura social do país e intensificar seus problemas políticos", disse em Nova York o banqueiro brasileiro Marcílio Marques Moreira, durante o lançamento de um estudo de sua autoria, O Problema Brasileiro, editado pela Twentieth Century Fund.